



CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Fabiano Sales de Aguiar¹

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas democráticas produzidas no ambiente escolar para a construção de uma educação participativa. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública municipal de Nova Mamoré, Rondônia, e realizada através de uma abordagem qualitativa, sendo caracterizada como um estudo de caso. Os sujeitos da pesquisa foram cinco professoras das séries iniciais do ensino fundamental da escola citada acima, onde foi aplicado, como procedimento para coleta de dados, um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas, com o intuito de obter uma melhor explanação sobre a temática de estudo por parte das professoras. Os resultados apontam que não existe uma gestão participativa na tomada de decisões de interesses educacionais coletivos, e que os educadores e a comunidade escolar são pouco consultados para as decisões, demonstrando, assim, que a gestão democrática ainda é uma realidade distante desse espaço escolar. Os relatos das professoras mostram haver um distanciamento entre a gestão e o corpo docente, situação que não contribui para uma escola verdadeiramente participativa e focada na construção e na socialização de mecanismos que favoreçam um ambiente comprometido com a formação crítica dos educandos.

Palavras-chave: Gestão escolar; Democracia; Participação coletiva.

EDUCATORS 'CONCEPTIONS ON DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Abstract

This study aimed to analyze the democratic practices produced in the school environment for the construction of participatory education. The research was developed in a public school in Nova Mamoré, Rondônia, and carried out through a qualitative approach, being characterized as a case study. The research subjects were five teachers from the initial grades of elementary school at the school mentioned above, where a semi-structured questionnaire containing open questions was applied, as a procedure for data collection, in order to obtain a better explanation of the study theme by part of the teachers. The results show that there is no participatory management in the decision-making of collective educational interests, and that educators and the school community are little consulted for decisions, thus

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professor da rede pública da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

demonstrating that democratic management is still a distant reality from this school space. The teachers' reports show that there is a gap between management and the teaching staff, a situation that does not contribute to a truly participatory school and focused on the construction and socialization of mechanisms that favor an environment committed to the critical training of students.

Keywords: School management; Democracy; Collective participation.

Introdução

Uma gestão verdadeiramente democrática visa à real participação de todos no processo educativo, e não somente do gestor escolar. Todos os profissionais que atuam na escola possuem características indispensáveis na construção de conhecimentos significativos para a formação do aluno.

Nesse sentido, no ambiente escolar, devem ser construídos meios para que todos participem de ações coletivas, com a presença da gestão, dos professores, dos alunos e dos familiares, tendo em vista que as decisões não podem ficar nas mãos de uma única pessoa, de modo que os demais sejam vistos como simples executores de comandos das atividades diárias no meio educacional.

Infelizmente, muitas práticas de gestão escolar não são democráticas por demonstrarem características mais de controle do que de participação ativa da comunidade escolar. Por esse motivo, pretendemos compreender quais são as ações democráticas desenvolvidas no espaço escolar que vão além do controle pedagógico das relações de poder entre diretor, professores, alunos e comunidade, entendendo, através do olhar dos professores, as práticas escolares diárias que apresentam características democráticas de participação coletiva.

Os desafios para a implementação da gestão democrática

A gestão democrática sempre fez parte dos anseios dos docentes que buscavam uma participação coletiva de todos os sujeitos do ambiente escolar. Tais anseios começaram a se concretizar em meados da década de 1970, com ações que propiciaram o início de um longo caminho para a realização de ações democráticas no espaço da escola. Na década de 80, essa luta ganhou mais força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que destacava, no artigo 206,

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

os princípios regulamentadores do ensino, e no inciso VI, o princípio da gestão democrática.

Posteriormente, vimos mais uma contribuição aos desejos democráticos no espaço da escola ganhar corpo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96), destacando, em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 12).

Com a LDB nº 9.394/96, surgiram vários debates sobre a real função da educação, enfatizando os anseios dos processos de participação e de gestão democrática no ambiente escolar, compreendendo-se que a gestão democrática deve priorizar a participação coletiva de todo o corpo escolar, com discussão dos problemas na coletividade e eleição de seus responsáveis, ampliando, assim, o poder de decisão aos colegiados.

Desse modo, o campo da educação foi recebendo constantes pressões pela necessidade de uma escola baseada em conceitos democráticos, por uma educação verdadeiramente participativa, que desse voz a todos.

[...] o campo educacional foi alvo de permanentes pressões conjunturais, provenientes dos processos de abertura democrática, das lutas sindicais, dos movimentos sociais e dos primeiros influxos neoliberais da mundialização da economia e de toda a atividade humana. (SANDER, 2007, p. 61).

A luta pela gestão democrática teve início com os movimentos sociais e permanecem na atualidade, buscando que a escola seja, de fato, um ambiente democrático, com a participação efetiva de todos os sujeitos nas tomadas de decisões. Porém, tal tipo de gestão não tem sido de fácil implementação, pois se torna de uma luta difícil de ser concretizar em meio a uma cultura não participativa como a nossa. No campo da educação, a sociedade não tem demonstrado uma adesão constante em prol das iniciativas de gestão democrática.

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

[...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos. (LUCK, 1998, p. 31).

Sendo assim, os artigos I e II da LDB nº 9.394/96 destacam a necessidade da descentralização de poder, enfatizando que as propostas pedagógicas devem priorizar a participação efetiva e indissolúvel entre Estado, profissionais da educação, alunos e famílias.

De fato, a verdadeira democratização do espaço escolar ocorre por meio da participação de todos nesse ambiente que forma cidadãos para conviver em sociedade. Contudo, mesmo com toda a legislação vigente no campo das relações democráticas, algumas práticas educacionais ainda prezam pela total falta de participação da sociedade em decisões de interesse coletivo.

A referência da família nas reuniões bimestrais não constitui, efetivamente, uma participação democrática, considerando-se que muitas dessas ocasiões servem unicamente para passar informações relacionadas ao desenvolvimento dos alunos no bimestre, ou, não raro, para emitir comunicados de decisões que já foram tomadas anteriormente por um colegiado restrito.

A gestão democrática [...] se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela acontecerá à elaboração do projeto político pedagógico da escola, à implementação de Conselhos de Escola que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo e as medidas que garantam a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público (GADOTTI, 2004, p.96).

Outro fato a ser destacado é o de que muitas decisões são comunicadas aos professores e pais em reuniões gerais ou naquelas que são desenvolvidas com a equipe gestora. Tais situações não concretizam de modo efetivo o conceito de gestão democrática descrito na Constituição e na LDB, sendo esse, diversas vezes, ignorado em muitos ambientes escolares. Assim, nesse processo educacional, as famílias são ignoradas e, em muitas escolas, até mesmo os docentes, que não conseguem participar ativamente das decisões estruturais do currículo escolar.

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Todo o conteúdo programático é apenas apresentado, não possibilitando o debate e uma construção coletiva das temáticas, o que inviabiliza a construção de espaços democráticos de discussão do currículo, de modo que “[...] os professores são reduzidos ao papel de técnicos obedientes, executando os preceitos do programa curricular.” (GIROUX, 1997, p. 35).

A escola tem papel primordial no desenvolvimento de práticas democráticas que favoreçam a participação efetiva da comunidade escolar, colocando em ação projetos de envolvimento com a sociedade, para que a formação dos alunos seja pautada em ações descentralizadoras. As ações devem, portanto, ser verdadeiramente participativas e, não, apenas distribuídas por setores individuais que definem os que mandam e os que executam.

Uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o que querem, mas sim, aquela em que todos fazem o que é bom para todos. A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de todos os sujeitos diretores, professores, alunos, funcionários e comunidade escolar, no processo de discussões e de tomadas de decisões para o bom funcionamento da instituição. (MENESES *et al*, 2002, p. 18).

O ambiente escolar não pode ser compreendido como uma fábrica de montagem, com suas posições hierárquicas bem definidas, colocando o gestor no centro e os demais componentes, como executores. Como foi abordado anteriormente, o gestor escolar não pode desenvolver suas atividades como com administrador no sentido restrito da palavra. As duas funções têm significados distintos caracterizando suas atividades. O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa traz os significados das palavras, informando que “gestão” tem origem no latim *gestione* (ação de gerir ou gerência); e o termo administrar, por sua vez, é definido como o ato de governar e controlar a eficiência da produção (FERREIRA, 2010).

Levando isso em consideração, o significado de gerir refere-se o ato de coordenar o ambiente educacional, de forma que, mesmo sendo um administrador do espaço escolar, o diretor não deve agir de forma controladora nesse ambiente. Pelo contrário,

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

O gestor precisa organizar e coordenar a escola de modo a abrir espaço para atuação democrática da coletividade no âmbito escolar, para que as decisões não sejam arbitrárias, mas sim decisões de equipe, “isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (LUCK,1998, p. 37).

A gestão participativa contribui para que o ambiente escolar se torne mais harmonioso, pois, com o compartilhamento das tomadas de decisões, todos se sentem valorizados e coparticipantes do processo educativo. Assim, a escola só tem a ganhar quando existem trocas de opiniões, sendo um ambiente que, por natureza, deve valorizar e ouvir todas as vozes, com o objetivo de construir uma melhor educação para o aluno.

Na atualidade um gestor precisa atuar mais vincular a todos os sujeitos que fazem parte do sistema escolar. Infelizmente a gestão democrática não é uma realidade em muitas escolas em nosso país, por mais que ela esteja legalizada nas legislações educacionais em vigor. Temos muitos diretores de escolas que ainda tem uma visão de o sistema educacional deve ser controlado como uma empresa, tratando muitos sujeitos como simples executores de ordens de um sistema burocrático de ensino.

O diretor escolar dever sair da posição de ditador e assumir a posição de gestor que abre espaço para participação efetiva de todo colegiado da escola. Ele deve ser um gerador e impulsionador de ideias, sendo sempre um orientador que tratar novas possibilidades para que a escola seja de fato um espaço democrático indo além dos mecanismos tradicionais de controle e passar a ser um colaborador com as ações participativas no ambiente de ensino.

Que se propõem a gerir um ambiente escolar democrático deve tem em mente que não pode quer ter o poder absoluto da escola, mas compartilhar e ouvis ideias, proporcionado abertura para que as decisões sejam pensadas e tomadas de maneira coletiva.

Proporcionar um ambiente verdadeiramente democrático na escola requer que todos tenha consciência de seus papeis na construção desse ambiente participativo. Onde o direto da escola será um mediador das possíveis decisões tomadas em conjunto com o colégio constituído na escola.

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Para que a escola seja de fato um ambiente democrático é necessário que todos os envolvidos nessa instituição busquem a participação ativa nesse local para que todos os alunos tenham a garantia de uma educação de qualidade.

Não basta esperar que a gestão seja democrática, mas sim lutar para que de fato esse espaço educativo de formação de cidadãos críticos sejam aberto a participação de todos. E só conseguimos esses direitos participando ativamente nas tomadas de decisões de interesses coletivos da escola.

O ponto importante na construção da escola participativa e democrática é o fato dos professores serem mais ativos nas decisões de interesses coletivos. Não podemos enquanto educadores ficar traçado em nossas salas de aula permitindo que os outros decidam o que é melhor para a educação.

Devemos promover na escola entre os professores um espírito coletivo de ajuda e participação coletiva para sermos mais ativos nas ações que decidem muitas vezes sem a participação dos professores o que é “melhor” para a educação.

A gestão democrática se faz com a participação de toda comunidade escolar que dividi as responsabilidades para alcançar o maior objetivo de todo esse processo que é a educação critica e participativo do aluno.

Para alcançar a gestão democrática no ambiente escolar é preciso que diretor tenha capacidade de promover ações efetivas de participação da comunidade escolar. Com ações de compartilhamento de responsabilidades para a melhoria da educação.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com a realização de um estudo de caso, a fim de conhecer a visão dos professores sobre a participação de todos os envolvidos com a escola nas ações democráticas. A escolha pelo estudo de caso foi feita pelo fato de ser uma técnica de estudo que contribui para alcançar o objetivo de entender um caso específico, que envolve um problema do cotidiano em um lugar definido, com pessoas reais que vivenciam a temática de estudo (CHIZZOTTI, 2006).

Essa pesquisa teve como objetivo investigar a realidade de uma escola pública municipal do município de Nova Mamoré, no estado de Rondônia, visando

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

conhecer, no cotidiano escolar, ações democráticas de gestão participativa. Nesse contexto, o emprego do estudo de caso método de investigação contribuiu de maneira significativa para que pudéssemos obter informações mais detalhadas sobre a realidade desse espaço escolar (GIL, 2009).

Os sujeitos da pesquisa foram cinco professoras das séries iniciais do ensino fundamental da escola citada acima, onde foi aplicado, como procedimento para coleta de dados, um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas, com o intuito de obter uma melhor explicação sobre a temática de estudo por parte das professoras.

Locus da pesquisa

A pedido dos sujeitos da pesquisa, não divulgaremos o nome da escola onde eles trabalham, pelo fato de não se sentirem à vontade e terem receio de eventuais represálias. Destacamos, no entanto, que se trata de uma escola pública municipal da área urbana do município de Nova Mamoré, do qual passamos a falar.

A cidade de Nova Mamoré está localizada na margem direita do rio Madeira na altura do quilômetro 312 da BR-425. O município teve sua origem devido à desativação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) e à abertura da BR-425 em 1968, estrada criada para ligar a cidade de Guajará-Mirim à BR 364.

Em virtude da construção da EFMM no início do século XX, foram surgindo, ao longo da estrada, alguns pontos estratégicos utilizados pela ferrovia para descanso e abastecimento. Tais pontos foram dando origem, ao longo do percurso entre Porto Velho e Guajará-Mirim, a povoados; entre eles, encontrava-se o da Vila Murinho.

A localidade surgiu a fim de dar assistência à empresa de Nicolás Suarez, ou seja, a estação da EFMM foi construída na Vila Murinho, fora do percurso normal da ferrovia, para servir de apoio a Suarez Hermanos, empresa de beneficiamento de borracha pertencente à Bolívia, que ficava do outro lado do rio, em frente à estação, passando a se chamar *Cachuela Esperanza* (Cachoeira Esperança, em português), no rio Beni, Bolívia.

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Nicolás Suarez utilizava a EFMM para escoar sua produção de borracha para o Oceano Atlântico, visto que seu país não possuía saída para o mar e que, portanto, dependia do Brasil para realizar o envio de borracha para a Europa. Contudo, Teixeira e Fonseca (2001) relatam que a ferrovia teve como principal foco o atendimento às necessidades de transporte da borracha dos seringais locais, bem como o abastecimento das áreas produtoras. Sendo assim, a estrada de ferro respondia às necessidades de ambos os países (Brasil e Bolívia) em exportar suas produções de látex para as fábricas europeias (TEIXEIRA, 2001).

Em meados da década de 1960, foi construída a BR-29 (hoje, BR-364), estrada que fez a ligação de Brasília ao Acre, obra idealizada e colocada em prática pelo então presidente, Juscelino Kubitschek. Posteriormente, com a conclusão da obra, surge a BR-425 (hoje, BR-Isaac Bennesby), que conecta a cidade de Guajará-Mirim à BR 364 e ao resto do país. Assim, em virtude da desativação da EFMM, em 1966, e da inauguração da BR-Isaac Bennesby, a Vila Murinho sofre uma decadência populacional, visto que a abertura de um ramal ligando a localidade à BR-Isaac Bennesby faz com que os moradores passem a residir às margens da rodovia.

Devido a esse deslocamento, surge um povoado chamado de “Boca”, que, com o tempo, vai recebendo outros nomes, como Vila, Vila Nova, Núcleo de Vila Nova, Distrito de Vila Nova, até que, em 06 de julho de 1988, a partir do projeto de Lei nº 207, assinado pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, foi criado o município de Vila Nova do Mamoré, com área desmembrada do Município de Guajará-Mirim.

No dia 13 de setembro de 1991, o nome foi mudado para Nova Mamoré, com a Lei Municipal nº 081, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa. Porém essa lei não é válida devido ao fato de uma lei municipal não ter o poder de modificar uma lei estadual. Por isso, somente em 17 de dezembro de 1993, o nome foi, finalmente, trocado por Nova Mamoré, com a assinatura da Lei nº 531, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Análise dos dados da pesquisa

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Como mencionado, três professoras participaram da pesquisa e, por motivo de anonimato, seus nomes serão preservados. Assim, para efeito de identificação, as docentes serão nominadas como P-1, P-2 e P-3.

Inicialmente, questionamos se as professoras participam das decisões de interesse coletivo da escola, ao que obtivemos as seguintes respostas:

Em partes, algumas coisas somos informados e outras não. (P-1).

Só procuram a gente quando e pra comunicar o que já foi decidido. (P-2).

Nós somos comunicadas quando está tudo praticamente decidido pela equipe gestora. (P-3).

Nota-se que todas as professoras afirmam que não existe gestão democrática na escola, pelo fato de as decisões de interesse coletivo ficarem sob controle da direção e de sua equipe. Os docentes são apenas comunicados dessas decisões, fato que é lamentável, tendo em vista que todos os envolvidos no processo de ensino têm a contribuir para o processo educativo dos alunos e para um bom andamento das atividades escolares.

Lamentavelmente, todos perdem nessa situação, pois não são proporcionados espaços democráticos para decisões coletivas. “A participação efetiva pressupõe que os professores, coletivamente organizados discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar.” (LUCK, 1998, p. 04).

Os professores, quando não participam das decisões coletivas da escola e ficam apenas em suas salas, ministrando conteúdos, são tratados como trabalhadores semelhantes aos do sistema das fábricas, que apenas executam ordem e acabam sendo reduzidos “[...] ao status de técnicos especializados dentro da burocracia escolar, cuja função, então, torna-se administrar e implementar programas curriculares.” (GIROUX, 1997. p. 158).

Ao serem questionadas sobre a participação na construção do projeto político-pedagógico da escola, as professoras responderam:

Nunca fui convidada para participar da construção desse projeto. (P-1).

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Não fui chamada para participar e nem conheço o projeto político da escola. (P-2).

Nem sei quando é que eles fazem esse projeto porque nunca me chamaram. Acho que fazem sozinhos. (P-3).

No contexto atual, muitas escolas já utilizam, em suas práticas, a gestão democrática como possibilidade de construção de um currículo mais democrático. Contudo, observa-se que, de acordo com as professoras, esse projeto não é elaborado de forma coletiva.

Portanto, cabe lembrar que, como docentes reflexivos, devemos participar das decisões coletivas que agem diretamente sobre o aprendizado dos alunos. E o projeto político-pedagógico é uma boa maneira de trabalhar essas questões. Infelizmente, nas falas das educadoras, não notamos esse interesse de participar dessa construção, pois elas afirmam que sequer conhecem o documento, que foi, conforme suas falas, construído de forma isolada.

Sendo assim, o educador deve ser compromissado com todas as ações que visam contribuir para o aprendizado do aluno. A função do docente não está somente em ministrar aulas e aguardar que os outros tomem as decisões por eles. Não podemos nos redir ao comodismo, esperando que outras pessoas decidam e aceitando tudo sem questionamentos.

Quando interrogamos sobre a participação dos familiares nas ações democráticas da escola, as docentes responderam:

Os familiares só são informados das coisas na reunião de final de bimestre e muitas vezes, é para saber as notas e comportamentos. (P-1).

São chamados quando os filhos aprontam e nas reuniões do bimestre, ou vêm nas festas. (P-2).

Geralmente, são convocados nas reuniões e escutam as coisas que já decidiram ou, às vezes, opinam. (P-3).

De acordo com os relatos, observa-se que a maior participação dos pais na escola ocorre nas reuniões e nos eventos comemorativos que são promovidos para aproximar a família do ambiente escolar. Contudo, a escola deve promover,

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

também, ações mais efetivas para que a comunidade escolar contribua com ações democráticas para o desenvolvimento educacional dos alunos.

Devem ser criados espaços para que todos possam participar das decisões de interesse geral da comunidade escolar, convidando, assim, a família a ocupar o papel de mais do que mero espectador. A gestão democrática se torna efetiva quando equipe gestora, professores, alunos, família e comunidade juntam-se para promover ações que contribuem para um espaço escolar, de fato, participativo.

Considerações finais

De acordo com os estudos realizados, podemos perceber que, realmente, não ocorre uma gestão participativa no contexto da escola analisada. Esse fato torna, em muitas situações, a gestão democrática algo utópico. Os relatos das professoras mostram haver um distanciamento entre a gestão e o corpo docente, situação que não contribui para uma escola verdadeiramente participativa e focada na construção e na socialização de mecanismos que favoreçam um ambiente comprometido com a formação crítica dos educandos.

Ainda, muitos são responsáveis por essa falta de participação, devido a não se empenharem em construir uma escola efetivamente participativa. Não queremos, com isso, eleger culpados, mas destacar que a verdadeira gestão democrática ocorre quando todos os envolvidos no processo educacional se responsabilizam em participar de forma ativa na construção de alunos críticos e participativos. Assim, é possível evidenciar que um sistema escolar autoritário não tem possibilidade de formar alunos com pensamentos democráticos, pois dificulta a participação coletiva nas escolas.

No entanto, apesar desses resultados, ainda acreditamos que essa situação pode ser revertida com a colaboração de todos na escola, e principalmente, com a participação ativa dos docentes, que têm um papel de educadores reflexivos. Quando nos assumirmos como tal e passamos a lutar pela participação de todos nas decisões escolares, contribuiremos ainda mais para que parem de tratar os docentes como técnicos educacionais que executam conteúdos curriculares, e comecem a

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

enxerga-los como educandos que buscam participar em todas as situações que envolvem a implementação da gestão democrática.

Diante do exposto, entende-se que a gestão participativa ainda é um conceito desconhecido para muitos diretores que desejam continuar seguindo uma linha autoritária, como o único dono do saber e das decisões tomadas na escola. Esta prática não tem mais lugar na sociedade atual, pois, independente da vontade dos gestores, a escola está articulada com a sociedade, segundo os princípios constitucionais democráticos, e não se admite mais uma gestão verticalizada e o alijamento daqueles que são parte constitutiva do processo pedagógico.

Sem a participação do aluno e suas famílias e dos professores não há educação e, muito menos de qualidade. Dados divulgados na mídia tem mostrado que as escolas que têm o nível de aprendizagem mais alto são aquelas onde ocorre a gestão democrática com a participação de todos os funcionários e da comunidade, na qual se encontram inseridas.

Os problemas sempre vão existir, afinal a educação trata de relações entre pessoas, com experiências, interesses e expectativas diferentes. Porém, quando o trabalho educativo é realizado com responsabilidade, diálogo e comprometimento, com todos assumindo responsabilidades, o trabalho coletivo torna-se mais produtivo e os problemas podem ser solucionados no coletivo.

Não é uma missão fácil para o gestor, pois ele é o responsável em conduzir o processo democrático e realizar uma ruptura com a visão autoritária e conservadora histórica na educação brasileira, como foi relatado ao longo deste texto. Os órgãos governamentais instituem propostas e regras por meio de documentos formais, mas ao gestor cabe conhecer a legislação e saber usufruir dos princípios legais para tornar a gestão da escola, na prática, mais democrática.

A gestão democrática é um processo complexo, mas possível, e não passa apenas pela eleição de diretores, mas principalmente pela elaboração do projeto pedagógico, que é o grande articulador do processo democrático da escola, quando o gestor mobiliza a comunidade escolar para que se comprometa e participe dos processos decisórios e pedagógicos da escola.

Entretanto, embora a gestão democrática esteja prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não há ainda a

CONCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

conscientização dos profissionais da escola, dos pais e da comunidade sobre necessidade de um envolvimento mais efetivo.

Em consequência, não acontece a participação dos mesmos em reuniões, debates para a construção do projeto político-pedagógico e nos demais processos decisórios e, nem tão pouco, em discussões para tratar dos problemas inseridos na comunidade escolar que refletem nos resultados do processo de ensinar e de aprender na escola, uma vez que o aluno vai por inteiro para o ambiente escolar, ou seja, o ambiente escolar é metaforicamente a representação da comunidade onde está inserida a escola.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola.** 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LUCK, H. A dimensão participativa da gestão escolar. **Gestão em Rede**, Brasília, n. 9, p. 13-17, ago. 1998.

MENESES, J. G. de C. *et al.* **Estrutura de funcionamento da educação básica.** São Paulo: Pioneira Thomas Learning, 2002.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

TEIXEIRA, M. A. A. D.; FONSECA, D. R. da. **História regional:** Rondônia. Porto Velho: Rondoniana, 2001.